



A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES SOBRE AS PRÁTICAS DA AUTOMUTILAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA CULTURAL

Rodrigo da Silva Almeida ¹

Anderson Pereira Santos ²

Lirani Firmo da Costa Souza ³

Francilene de Melo Santos ⁴

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de refletir sobre a importância da formação continuada de professores a respeito das práticas da automutilação. Fundamentamos esta discussão na perspectiva da Psicologia Cultural, por meio de uma discussão teórica, de natureza ensaísta. A presente reflexão se justifica porque, diante do atual cenário histórico-cultural, marcado por turbulências e imprevisibilidade, a escola tem se deparado com as mais variadas problemáticas, sendo uma delas a crescente incidência da automutilação. Diante disso, defendemos a importância de auxiliar os professores com estratégias para o conhecimento, enfrentamento, promoção da saúde mental e inclusão dessas pessoas na escola. Argumentamos que uma possibilidade de fazer isso é através da formação continuada de professores, abordando especialmente a historicidade da automutilação e os aspectos sociais e culturais do desenvolvimento humano. Sugerimos também uma discussão sobre uma concepção ampliada de inclusão escolar, enfocando as políticas públicas, principalmente a acessibilidade atitudinal, como uma importante aliada nesse processo, abordando o que são: estigma, preconceito, estereótipo e discriminação, pois eles funcionam como barreiras atitudinais que reproduzem o discurso patologizante e medicalizador que culpabiliza a pessoa pelo seu próprio sofrimento psíquico, corroborando para dificultar a busca de ajuda e, conseqüentemente, para a sua exclusão. Portanto, somos vetores do argumento de que a formação continuada de professores, contemplando conteúdos sobre a automutilação e o desenvolvimento humano a partir da Psicologia Cultural, é um importante recurso para a promoção da inclusão e acessibilidade desses alunos na escola.

¹ Rodrigo da Silva Almeida, mestrando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na linha: Saúde, Clínica e Práticas Psicológicas. Integrante do Grupo de Pesquisa: Processos Educacionais e Desenvolvimento Humano. Especializando em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT). E-mail: rodrigoalmeidapsi@gmail.com

² Anderson Pereira Santos. Licenciado em Música – Ênfase em Canto - pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Aluno de Canto Erudito pela Escola Técnica de Artes (E.T.A). Especializando em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT). Possui experiência em educação musical de crianças e adultos, abrangendo: canto coral, flauta doce, teoria musical básica, e ensaios em coros artísticos e religiosos em Maceió\AL. E-mail: andersonmusik30@gmail.com

³ Lirani Firmo da Costa Souza. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT). Pós-Graduada em Psicologia Comportamental e Cognitiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). E-mail: liranisouza@hotmail.com

⁴ Francilene de Melo Santos. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Pitágoras\ Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Cursando Pós-Graduação em MBA de Liderança e Coaching na Gestão de Pessoas pela Universidade Pitágoras\ Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail: fran.mcz@hotmail.com



Palavras-chave: Automutilação na escola, Formação de professores, Inclusão escolar, Políticas públicas, Psicologia Cultural.

INTRODUÇÃO

Diante do atual cenário histórico-cultural, marcado por turbulências e imprevisibilidade, Edgar Morin (2000) afirma que os educadores têm sido desafiados a desenvolver novos saberes necessários para uma Educação do futuro, dentre os quais se destaca a capacidade de enfrentar as incertezas. Reflexo disso, nas últimas décadas, a escola tem se deparado com as mais variadas problemáticas, sendo uma delas a crescente incidência das práticas da automutilação (ARATANGY et al., 2017; ALMEIDA et al., 2018), que tem sido abordada predominantemente a partir de um olhar clínico/biomédico, onde não se expressa o interesse pela proposição de políticas públicas, tampouco considera o impacto dos aspectos sociais e histórico-culturais. Argumentamos, então, a necessidade da atualização de abordagens para o conhecimento e enfrentamento da automutilação na atualidade e a diversificação de possibilidades de construção de conhecimento em Psicologia e Educação.

A partir disso, o presente artigo objetiva refletir sobre a importância da formação continuada de professores sobre as práticas da automutilação. O interesse por essa discussão surgiu a partir da pesquisa que estamos desenvolvendo no mestrado em Psicologia, a respeito da relação da trajetória histórica do conceito de automutilação com os significados/sentidos sobre automutilação negociados nas narrativas de adolescentes no ensino médio. Assim, discutiremos nos próximos tópicos a metodologia utilizada nesta pesquisa, a perspectiva teórica que nos afiliamos – a Psicologia Cultural – e em seguida discutiremos como essa abordagem pode contribuir para instrumentalizar teórica e metodologicamente os professores com conteúdos sobre a automutilação e o desenvolvimento humano, auxiliando-os a contribuir para a inclusão escolar e acessibilidade atitudinal dos alunos que se automutilam.

METODOLOGIA

O presente texto consiste numa pesquisa teórica, de cunho qualitativo, especificamente um ensaio acadêmico, cuja ideia principal é refletir de forma crítica e discursiva sobre a importância da formação continuada de professores sobre as práticas da automutilação, onde iremos, com base na literatura, apresentar nosso posicionamento em relação a esse tema



ancorados na Psicologia Cultural e iremos sugerir possibilidades de como os educadores podem ser instrumentalizados para atuar de forma a contribuir para a inclusão e acessibilidade atitudinal do público que recorre a essas práticas (KAMLER; THOMSON, 2015). Ressaltamos, todavia, que não temos o intuito de explorar esse tema exaustivamente e nem de apresentar receitas prontas ou soluções definitivas para extinguir esse fenômeno nas escolas.

Além disso, para sustentar a discussão que faremos aqui, foi previamente realizada uma pesquisa bibliográfica em algumas publicações sobre a temática da automutilação na escola, sobre a formação continuada de professores, inclusão escolar e desenvolvimento humano. Também tomamos como base algumas obras na perspectiva da Psicologia Cultural: *Fundamentos da Psicologia Cultural: Mundos da Mente, Mundos da Vida* (2012), de Jaan Valsiner; *Atos de Significação* (1997), de Jerome Bruner; *Psicologia da Arte* (1999); *A Construção do Pensamento e da Linguagem* (2009); e *Psicologia Pedagógica* (2010), de Lev Vigotski.

REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa toma como referencial teórico a Psicologia Cultural, abordagem da Psicologia que concebe o desenvolvimento humano como um fenômeno dinâmico e complexo. Apresenta como foco o diálogo e a mútua constituição entre a pessoa e a cultura, ressaltando o papel central dos aspectos histórico-culturais, a singularidade humana e o seu caráter construtivo (BRUNER, 1997; VIGOTSKI, 2010; VALSINER, 2012). Além disso, Bruner (1997) acrescenta que essa teoria não está: “[...] preocupada com “comportamentos”, mas com “ações”, sua contrapartida intencionalmente fundada e, mais especificamente, com a *ação situada*, ações situadas em um cenário cultural e nos estados intencionais mutuamente interagentes dos participantes [...]” (p. 27, grifos do autor).

Para esta perspectiva, não apenas a pessoa, mas qualquer fenômeno humano ou psicológico apresenta fundamentos sociais, históricos e culturais imprescindíveis para a sua contextualização e enfatiza o caráter coconstrutivista dos processos psicológicos, como também a participação ativa da pessoa em seu desenvolvimento e a existência de mecanismos de canalização cultural direcionados pelos limites presentes nos contextos socioculturais, dentro dos quais está situado o desenvolvimento humano (VIGOTSKI, 1998; MORENO; BRANCO, 2014; BOCK, 2015).



Segundo Guimarães (2018) a atual Psicologia Cultural parte de uma concepção de desenvolvimento humano que tem como suporte os pressupostos da abordagem sócio-histórica de Lev Vigotski e seus colaboradores e, nos termos atuais, da Psicologia Cultural de Jaan Valsiner, tomando como base para o funcionamento psicológico os processos de significação, sendo eles os responsáveis por traduzir a constituição cultural do funcionamento psicológico humano. Portanto, ao assumirmos esta plataforma teórica estamos abdicando das concepções de neutralidade científica, de explicações naturalistas sobre desenvolvimento humano e de qualquer visão abstrata enquanto proposta para explicar os fenômenos psicológicos (RATNER, 1995; VIGOTSKI, 2008; BOCK, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A Importância de historicizar as práticas da automutilação e de assumir o compromisso com a proposição de políticas públicas

Neste tópico discorreremos sobre a importância da formação continuada de professores sobre as práticas da automutilação, ancorados nos pressupostos da Psicologia Cultural. Tal como já foi colocado anteriormente, acreditamos que essa reflexão é relevante diante do aumento da incidência desse fenômeno nas escolas, deixando os educadores despreparados e preocupados sobre o que poderiam fazer para prevenir e auxiliar aqueles alunos que se automutilam sem discriminá-los, estigmatizá-los e excluí-los.

Aliado a isso, também é necessário discutir como a instituição escolar pode contribuir para a promoção da saúde mental desse público, bem como para a sua inclusão e contribuir para a proposição de políticas públicas efetivas, que contemplem as suas necessidades. Nesse sentido, defendemos aqui que a formação continuada de professores contemplando conteúdos sobre a automutilação e o desenvolvimento humano a partir da Psicologia Cultural, é um importante recurso para a promoção da inclusão e acessibilidade desses alunos na escola e apresentaremos aqui uma possibilidade de fazer isso.

Primeiramente é importante destacar que pensar em uma formação continuada de professores fundamentada na Psicologia Cultural é partir de uma postura crítica, a partir de práticas múltiplas, dialéticas e singulares, comprometidas com as demandas da sociedade e as especificidades de cada cultura. Isso implica em buscar auxiliar os educadores a conceber uma



prática docente mais ativa, participativa e sensível às necessidades dos seus alunos (SILVA; BATISTA, 2015), corroborando para fomentar a inclusão escolar e minimizar as desigualdades. Diante disso, um primeiro ponto a ser abordado é a historicidade das práticas da automutilação, tendo em vista haver a escassez de publicações sobre os aspectos sociais e histórico-culturais desse fenômeno, onde a maior parte das pesquisas sobre esse assunto têm um foco exclusivamente clínico/biomédico. Para a Psicologia Cultural, historicizar é importante para que seja possível ir além do olhar patologizador que rotula e medicaliza a automutilação e também implica no compromisso com a proposição de políticas públicas.

Nossa leitura histórica parte das considerações de Vigotski (2007) acerca das implicações da concepção de história para conceber e investigar o desenvolvimento humano, a partir do que ele denominou de Psicologia historicamente fundamentada. Vigotski e Luria (1996) também ressaltam que: “Não convém estudar o homem como uma criatura que permaneceu continuamente com as mesmas qualidades essenciais que adquiriu da natureza, mas como um ser que permanece em constante mudança” (p. 220). Isso significa que, para a Psicologia Cultural, a automutilação é compreendida a partir do reconhecimento da sua natureza histórica e dinâmica e das constantes transformações pelas quais passam os processos psicológicos humanos, sendo imprescindível para a compreensão desse fenômeno o reconhecimento das suas características de diversidade e de mudança ao longo do tempo.

No que se refere a historicidade das práticas da automutilação, Dettmer (2018) argumenta que as autolesões, assim como outras manifestações de violência, sempre estiveram presentes em nossa sociedade e que pesquisar sobre este tema é de grande relevância para a coletividade, pois trata-se de um fenômeno psicológico que possui a sua materialidade histórica e dialética. A autora sugere ainda a necessidade de questionar a naturalidade pela qual esse fenômeno tem sido abordado pela sociedade e pela maioria das pesquisas e adotar uma concepção dialética, contemplando a polissemia e as contrariedades da automutilação. Tais cuidados são necessários para que não venhamos a continuar reproduzindo os discursos normativos e moralistas, que culpabilizam essas pessoas pelo seu próprio sofrimento, contribuindo para dificultar a busca de ajuda e para a sua exclusão.

Morin (2000) também nos ajuda a refletir sobre a importância da historicidade em seu livro *Os Sete Saberes Necessários à Educação Futuro*, ao propor como um desses saberes a capacidade de enfrentar as incertezas. Em sua opinião, o fim do século XX trouxe como uma de suas consequências um irremediável período de incertezas e sugerindo que: “[...] Esta



tomada de consciência deve ser acompanhada por outra, retroativa e correlativa: a de que a história humana foi e continua a ser uma aventura desconhecida [...]” (p. 76). Isso quer dizer que o século XXI se caracteriza pela imprevisibilidade, onde: “A história avança, não de modo frontal, como um rio, mas por desvios que decorrem de inovações ou de criações internas, de acontecimentos ou acidentes externos [...]” (p. 78).

As colocações de Edgar Morin estão alinhadas aos pressupostos de Walter Benjamin (1993) que defende a perspectiva historiográfica marxista de que não há uma História universal, atemporal, linear e que é sinônimo de progresso, típica do modelo capitalista, eurocêntrico, evolucionista, apolítico e conformista. Belo (2010) acrescenta que para a concepção benjaminiana é possível construir outras histórias, pois o historiador não é neutro, mas age historicamente. Ao escrever a História, inevitavelmente é alicerçado por sua visão de mundo, de tempo, etc., e, apesar de seguir princípios metodológicos coerentes, utiliza também de flexibilidade para que eles sejam criados e recriados sempre que houver necessidade.

Diante desse cenário histórico-cultural de incertezas, onde a escola atual tem enfrentado as mais variadas problemáticas, sendo uma delas a crescente incidência das práticas de automutilação, a oferta de uma formação continuada de professores sobre as práticas da automutilação privilegiando esse enfoque histórico pode auxiliar os educadores a compreender que houve a resignificação desses atos autolesivos ao longo do tempo, relacionadas com seu impacto no cenário sociocultural subjacente às experiências humanas no mundo.

Embasados nesses conhecimentos os professores poderão atuar assumindo o compromisso com a proposição de políticas públicas que contemplem as necessidades dos alunos que praticam a automutilação, levando em consideração as suas opiniões. Também os auxiliará a refletir sobre o que já se construiu até esse momento sobre a automutilação e se apropriar de novos conhecimentos para então propor ações que contribuam para a restauração do que estava configurado e poder transformar dialeticamente a realidade e corroborar para a superação de processos de fragilização dos alunos (BOCK, 2015), especialmente daqueles se automutilam e fomentar a sua inclusão escolar, dentre outras formas, através da acessibilidade atitudinal.



2. A Formação continuada de professores como um recurso para a promoção da inclusão escolar e acessibilidade atitudinal dos alunos que praticam a automutilação

Para fomentar a inclusão através da acessibilidade atitudinal dos alunos que praticam a automutilação na escola é necessário que a formação continuada discuta a inclusão a partir de uma concepção ampliada pois, apesar de haver a proposição de escola inclusiva no Brasil a partir da orientação oficial da Lei de Diretrizes e Bases da Educação implementada em 1996 e atualizada nos anos subsequentes (LDB, 2018) e também do compromisso do governo brasileiro em promover a inclusão das pessoas com deficiência, principalmente ao assinar a Declaração de Salamanca (1994) e implementar a Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008), e a Lei da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015); argumentamos que a inclusão precisa ir além das pessoas com deficiência e as que apresentam dificuldades e/ou transtornos de aprendizagem e contemplar também outros públicos, como os praticantes da automutilação.

Isso se justifica porque partimos do pressuposto de que a ausência de deficiência não garante a qualificação dos serviços prestados e nem proporciona a igualdade entre aqueles que não são deficientes, como é o caso dos alunos que se automutilam. Ainda no campo das políticas públicas direcionadas a esse público, contemplamos recentemente a implementação da Política Nacional de Prevenção à Automutilação e ao Suicídio: Lei Nº 13.189 (BRASIL, 2019a), que determina que os estabelecimentos de saúde façam a notificação compulsória das ocorrências de a automutilação e o suicídio; e a Lei Nº 13. 968 (BRASIL, 2019b), que modifica o crime de incitação ao suicídio e criminaliza as condutas de induzir ou instigar a automutilação e/ou o suicídio, bem como a de prestar auxílio a quem as pratique.

Acreditamos que tais políticas, apesar de sua importância por, dentre outras coisas, corroborar para que esse fenômeno tenha uma maior visibilidade e atenção, são insuficientes para promover a inclusão e a acessibilidade desse público no contexto escolar, pois não proporcionam a conscientização da escola e da sociedade em geral e promover a busca de ajuda sem rotular, discriminar e estigmatizar essas pessoas (ALMEIDA; VIEIRA, 2020). Refletir sobre uma concepção ampliada de inclusão implica também em possibilidades de proporcionar a acessibilidade desse público na escola, especialmente por meio da acessibilidade atitudinal.

De acordo com Pivetta et al. (2016) apesar de frequentemente se pensar nas pessoas com deficiência quando se pensa na acessibilidade atitudinal, é importante incluir outros públicos



que também são alvo de atitudes excludentes devido ao desconhecimento desse tipo de acessibilidade. Situamos aqui as pessoas que praticam automutilação, que comumente são alvo de preconceitos, estereótipos, discriminações e estigmatizações, contribuindo, dentre outras coisas, para a sua exclusão. Ponte e Silva (2015) corroboram com os autores acima acrescentando que as dificuldades de acesso à escola não estão restritas apenas às barreiras arquitetônicas, abrangendo também os sociais e atitudinais. Os autores sustentam que as atitudes tanto podem incluir quanto excluir as pessoas e que, independente de possuírem ou não deficiências, todos têm direito ao acesso à uma educação de qualidade. Juliani (2015) agrega que é necessário reconhecer a diversidade existente na escola, pois cada pessoa é única ao se posicionar diante dos fatos da vida.

Uma formação continuada de professores sobre as práticas da automutilação pode contribuir para que os educadores e a sociedade sejam sensibilizados e revejam as suas atitudes que podem estar sendo excludentes e buscar meios de superá-las. Nesse sentido, acreditamos ser indispensável uma discussão sobre os conceitos de estigma, preconceito, estereótipo e discriminação, pois é muito comum haver uma confusão em relação a sua diferenciação e alguns deles são tomados como se fossem sinônimos, como preconceito e discriminação.

Segundo Soares (2009) o estigma é um conceito que tem origem religiosa, associado às cinco chagas de Jesus Cristo e pode ser definido como uma cicatriz, uma marca visível que pode ser tanto um sinal vergonhoso ou infamante que caracteriza uma diferenciação e, ao mesmo tempo em que isola, reúne os seus possuidores em um mesmo atributo. Além disso: “[...] sua presença atesta não apenas a santidade, mas também o pertencimento a um grupo especial. Esta escolha, longe de ser um privilégio, carrega em si obrigações e distinções” (p. 2). Então, o estigma é um conceito mais abrangente e inclui os preconceitos e os estereótipos.

O preconceito refere-se às opiniões ou conceitos preconcebidos, especialmente opiniões formadas e julgamentos feitos *a priori* sobre uma pessoa ou um grupo sem levar em conta fatos que os contestem. Depois que são socialmente instituídos e individualmente internalizados, passam a existir de forma estável na sociedade, estando por traz de muitas crendices, intolerância, ódio e/ou aversão a pessoas, credos, religiões, etc. Já os estereótipos são clichês e chavões que ocupando um lugar-comum na sociedade, encaixando as pessoas em categorias previamente definidas, sem que se questione sobre o porquê de sua existência, sendo um conceito mais restrito que o estigma. Conseqüentemente: “[...] os estereótipos funcionam como reafirmação e manutenção de um sistema já instaurado – por meio daqueles – como



diferenciador de grupos determinados” (p. 2). Por último, a discriminação se refere a atitudes que segregam e excluem minorias, abandonando-as, privando-as do convívio social com os demais, reflexo de estigmas, preconceitos, estereótipos, etc. (SOARES, 2009).

Além disso, considerando que existem muitos estigmas e estereótipos em torno dos adolescentes, especialmente em relação aqueles que praticam automutilação, contribuindo para invisibilizá-los, culpabilizá-los pelo seu próprio sofrimento e excluí-los, a Psicologia Cultural, tomando como base os pressupostos de Lev Vigotski traz uma concepção crítica do desenvolvimento humano, desnaturalizando a visão universal da adolescência como sinônimo de conflitos e turbulências, que os rotula como “aborrecentes”, “rebeldes”, etc.. Tal concepção, presente na maioria dos manuais de Psicologia do Desenvolvimento humano, é criticada porque dissimula e legitima as desigualdades e a exclusão social (AGUIAR; BOCK, OZELLA, 2015).

De encontro a isso, a Psicologia Cultural chama a atenção para a existência, não de uma, mas de várias “adolescências”, considerando que não existe apenas uma forma de ser adolescente, reconhecendo a singularidade de cada pessoa, que é vista como integrante de uma faixa etária que se processa de forma dinâmica e complexa, e que se constitui a partir da sua mútua interação com outros seres humanos, a sociedade e a cultura, num certo período histórico (OZELLA, 2003; BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, reafirmamos aqui o nosso argumento de que a formação continuada de professores a respeito das práticas da automutilação, instrumentalizando-os com estratégias para o conhecimento e enfrentamento desse fenômeno, constitui-se num importante recurso para a promoção da inclusão e acessibilidade atitudinal das pessoas que se automutilam na escola. Sugerimos a Psicologia Cultural como um aporte teórico privilegiado para abordar, a partir de uma postura crítica, a historicidade e os aspectos sociais e culturais do desenvolvimento humano em torno da automutilação, e por seu interesse pela proposição de políticas públicas que levem em consideração as opiniões desse público, diferente do predominante olhar clínico/ biomédico presente na maioria das pesquisas sobre este assunto até o presente momento.

Finalmente, tendo em vista a inexistência desse tipo de discussão até o presente momento, reforçamos a necessidade de que sejam produzidas mais pesquisas sobre esta



temática, principalmente enfocando os campos da inclusão e das políticas públicas e que possam explorar mais as contribuições da Psicologia Cultural. Também reafirmamos aqui que nosso intuito não é apresentar uma receita ou respostas prontas que venham a solucionar definitivamente o fenômeno da nas escolas, nem trazer uma verdade absoluta. Ao contrário disso, propomos aqui apenas uma possibilidade de pensar na inclusão escolar e acessibilidade atitudinal dessas pessoas, assumindo o compromisso com a implementação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J.; BOCK, A. M. B.; OZELLA, S. A Orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 201-220.

ALMEIDA, R. S. et al. A Prática da automutilação na adolescência: o olhar da psicologia escolar\ educacional. **Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais**. Maceió\ AL, v. 4, n. 3, Maio, 2018, p. 147-160. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view>>. Acesso em 09 Ago. 2020.

ALMEIDA, R. S.; VIEIRA, N. M. A Inclusão social de pessoas que praticam a automutilação sob o olhar da psicologia sócio-histórica de Vigotski. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. **Anais do VIII CONINTER**. Maceió\ AL, Fev. 2020, p. 1-14. Disponível em: <<https://even3.blob.core.windows.net/anais/18034.pdf>>. Acesso em 16 Abr. 2020.

ARANTANGY, E. W. et al. (Org.). **Como lidar com a automutilação: guia prático para familiares, professores e jovens que lidam com o problema da automutilação**. São Paulo: Hogrefe, 2017.

BELO, R. A. Walter Benjamin: inspirações para a historiografia da educação. **Revista Crítica Histórica**, v. 2, n. 3, Maceió, Jun. 2010, p. 162-180. Disponível em: <RA Belo - Revista Crítica Histórica,2011-seer.ufal.br>. Acesso em 10 Nov. 2019.

BENJAMIN, W. Novas teses sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. 5ª ed. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 222-232.

BOCK, A. M. B. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 21-46.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.



BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD). Jan. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 11 Jul. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.146 - Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência**. Brasília\DF, Presidência da República, 26 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato/2015/lei/13146.htm>. Acesso em 10 Ago. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.189 - Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio**. Brasília\DF, Presidência da República, 26 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_Ato2019/2019/Lei/L13819>. Acesso em 06 Jul. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 13.968 - Altera o Decreto- Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar o crime de incitação ao suicídio e incluir as condutas de induzir ou instigar a automutilação, bem como a de prestar auxílio a quem a pratique**. Brasília\ DF, Presidência da República, 26 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/_ato2019-2022/2019/lei/L13968.htm>. Acesso em 24 Fev. 2020.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 11 Jul. 2020.

DETTMER, S. E. S. **Cutting**: uma caracterização do fenômeno em escolas de Dourados (MS). 2018, 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em psicologia. Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados\ MS, 2018. Disponível em: <repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle.pdf>. Acesso em 28 Mar. 2020.

GUIMARÃES, P. M. **Narrativas autobiográficas de adultos em situação de rua: considerações sobre metodologias na psicologia cultural**. 2018, 117 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia. Universidade Federal de Alagoas, Maceió\ AL, 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br>>. Acesso em 16. Abr. 2020.

KAMLER, B.; TOMSON, P. Trabalhando com literaturas. *In*: SOMEKH, B.; LEWIN, C. (Orgs.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 45-55.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB). 2ª ed. Senado Federal: Brasília, 2018. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf>. Acesso em 12 Jul. 2020.

MORENO, M. R.; BRANCO, A. M. Desenvolvimento das significações em si de crianças na perspectiva dialógico-cultural. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 19, n. 4, p. 599-610, Dez. 2014. Disponível em: <pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt>. Acesso em 16 Abr. 2020.



MORIN, E. **Os Sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OZELLA, S. A Adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. In: OZELLA, S. (Org.). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003, p. 17-40.

PIVETTA, E. M. et al. Desafios da acessibilidade no ensino superior: estudo de caso na universidade de Aveiro. **Revista Educação**. Florianópolis\ SC, v. 39, n. 2, Ago. 2016, p. 166-174. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/arti/24686.pdf>>. Acesso em 02 Ago. 2016.

PONTE, A. S.; SILVA, L. C. A Acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com deficiência. **Caderno de Terapia Ocupacional**. São Paulo, v. 23, n. s\m, 2015, p. 261-271. Disponível em: <www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.pdf>. Acesso em 24 Ago. 2019.

SILVA, C. B. C.; BATISTA, S. H. S. S. Apresentação. In: MARTIN, S. T. F. (Org.). **Psicologia sócio-histórica e contexto brasileiro**: interdisciplinaridade e transformação social. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015, p. 7-10.

SOARES, S. L. De palavras e imagens: estigmas sociais em discursos audiovisuais. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Brasília, v. 12, n. 1, Abr. 2009, p. 1-23. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/download/377/328>>. Acesso em 11 Ago. 2020.

VALSINER, J. **Fundamentos da psicologia cultural**: mundos da mente, mundos da vida. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento**: símios, homem primitivo e criança. Porto Alegre: Artmed, 1996.

VIGOTSKI, L. S. **O Desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, L. S. **A Construção do pensamento e da linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.